

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES A SEGUIR

- Confira seus dados impressos nesse caderno.
- Este caderno de prova contém 40 questões objetivas e o rascunho do Caderno II.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal de sala para a devida substituição. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Ao receber a folha de resposta, confira seu cargo, número de inscrição e assine no local indicado.
- A folha de resposta não deverá ser dobrada, amassada ou rasurada. Portanto, cuide bem dela porque não haverá substituição.
- As provas terão duração de 5 (cinco) horas e o candidato somente poderá sair do prédio depois de transcorridas 3 (três) horas, contadas a partir do início da prova.
- Os últimos 3 (três) candidatos deverão se retirar juntos da sala.
- Administre o seu tempo! O tempo total de prova é de 5 (cinco) horas. Este período inclui o preenchimento da folha de resposta, para o qual não haverá tempo extra.
- Ao final da prova, antes de sair da sala, entregue ao fiscal a folha de resposta.

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

- Para cada questão, o candidato deverá assinalar apenas uma alternativa na folha de resposta, utilizando caneta de tinta azul ou preta. Sua resposta não será computada se houver múltiplas marcações em uma questão, questões não assinaladas ou rasuradas.
- Ao transferir as respostas para a folha de resposta, preencha completamente o espaço e sem forçar o papel.
- As questões deverão ser respondidas na folha de resposta assinalando as proposições correspondentes de cada questão.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 11

Imigração: os voos da vergonha na Europa

Na semana passada, o Parlamento do Reino Unido aprovou uma lei controversa permitindo a deportação de refugiados e migrantes considerados ilegais para Ruanda, na África Central. O primeiro-ministro Rishi Sunak, do Partido Conservador, liderou o esforço pela aprovação da lei, que enfrentou resistência tanto da Câmara Baixa quanto da Câmara Alta, além de críticas de ONGs de direitos humanos.

A medida foi elogiada pelo ministro do Interior James Cleverly como uma forma de combater o influxo de refugiados via Canal da Mancha e reforçar a soberania britânica. Por outro lado, Denise Delic, do Comitê Internacional de Ajuda aos Refugiados no Reino Unido, considerou-a cruel e ineficaz, sugerindo que seria melhor melhorar as rotas legais e seguras para os refugiados.

Apesar das críticas, já há uma lista de 350 possíveis deportados, com o primeiro voo para Ruanda previsto para julho. A deportação de cada indivíduo pode custar cerca de 180 mil libras esterlinas aos cofres britânicos.

Os críticos da medida também levantam preocupações sobre a situação em Ruanda, lembrando o genocídio ocorrido nos anos 90, o que coloca questões sobre a segurança dos deportados. Essa medida faz parte de um contexto europeu mais amplo de discussão sobre políticas migratórias, com iniciativas recentes, como o Novo Pacto sobre Migração e Asilo aprovado pelo Parlamento Europeu.

Enquanto isso, no Reino Unido, há preocupações de que a nova lei de deportação leve os candidatos à clandestinidade, como sugerido pelo primeiro-ministro Rishi Sunak. No entanto, essa situação ressalta a necessidade de medidas estruturais para promover a paz e combater a pobreza e a violência contra grupos vulneráveis.

(Texto adaptado de “Imigração: os voos da vergonha na Europa”. Disponível em: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/imigracao-os-voos-da-vergonha-na-europa/>. Acesso em: 30 abr. 2024).

Questão 01

De acordo com o **Texto 11**, qual é a implicação mais significativa da lei aprovada pelo Parlamento do Reino Unido para deportar refugiados e migrantes para Ruanda?

- A) A medida visa promover os políticos europeus, combatendo o influxo ilegal de refugiados.
- B) A medida destina-se a reforçar as rotas legais e seguras para refugiados, melhorando sua situação de vida.
- C) A medida visa diminuir os custos associados à imigração ilegal, utilizando recursos financeiros de forma mais eficiente.
- D) A medida pretende aumentar a conscientização sobre as condições precárias enfrentadas pelos refugiados em Ruanda.
- E) A medida visa resolver questões de segurança nacional sem considerar as implicações humanitárias para os deportados.

Questão 02

Segundo o **Texto 11**, como a referência ao genocídio em Ruanda nos anos 90 afeta a percepção da medida de deportação de refugiados para o país africano?

- A) Destaca a importância de políticas migratórias mais humanitárias e sensíveis ao contexto histórico.
- B) Reforça a visão de que Ruanda é capaz de lidar com questões de refugiados devido aos avanços políticos e econômicos desde o genocídio.
- C) Sugere que a deportação para Ruanda pode ser uma forma de reparação histórica por parte dos países europeus.
- D) Evidencia a negligência das autoridades britânicas em considerar o histórico de violência e instabilidade no destino dos deportados.
- E) Indica que a medida visa a proteção dos deportados, proporcionando-lhes uma nova oportunidade em um país que se reconstruiu após o genocídio.

Texto 12

Big Techs e Educação: o fim do professor?

O avanço das corporações de tecnologia na educação está moldando a profissão docente. Essa mudança reflete a influência do mercado e da ideologia neoliberal no campo da pedagogia, promovendo a personalização da aprendizagem por meio de plataformas digitais.

Essas ferramentas são impulsionadas por algoritmos e inteligência artificial, buscando oferecer uma experiência adaptativa aos alunos. A entrada dessas tecnologias nas escolas é acompanhada por uma agressiva estratégia de marketing, que retrata imagens positivas e universalizáveis da educação digital.

Empresas como Byju's e Khan Academy lideram esse movimento, oferecendo uma gama de recursos educacionais e personalização da aprendizagem. No entanto, essa mudança está reconfigurando o papel dos professores, que agora assumem um papel secundário em relação às plataformas digitais.

A introdução dessas tecnologias aumenta a carga de trabalho dos professores e os submete a novos mecanismos de controle. Enquanto isso, a privatização da educação digital fortalece a desprofissionalização dos docentes e compromete a qualidade educacional.

É essencial proteger o papel do professor como mediador do conhecimento e defensor dos valores democráticos e da justiça social na educação.

(Texto adaptado de “**Big Techs e Educação: o fim do professor?**”. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/bigtechs-e-educacao-o-fim-do-professor/>. Acesso em: 30 abr. 2024.)

Questão 03

Qual é o principal impacto da privatização da educação digital por meio das plataformas tecnológicas, conforme discutido no **Texto 12**?

- A) Fortalecimento da autonomia dos professores na seleção de materiais didáticos.
- B) Aumento da qualidade e equidade educacional em todas as comunidades.
- C) Redução do controle democrático delegado aos professores e desvalorização de sua função.
- D) Promoção da diversidade cultural e linguística no ambiente educacional.
- E) Estímulo à colaboração entre professores e empresas tecnológicas para inovação pedagógica.

Questão 04

Com base no contexto apresentado no **Texto 12**, sobre o avanço das corporações de tecnologia na educação e suas implicações para os professores, qual das seguintes afirmações melhor ilustra uma possível consequência dessa transformação?

- A) Os professores, diante da crescente influência das tecnologias digitais, estão se tornando meros facilitadores do processo de ensino, perdendo sua capacidade de estimular o pensamento crítico e a criatividade dos alunos.
- B) A introdução das plataformas digitais na educação proporciona uma distribuição mais equitativa do conhecimento, reduzindo as disparidades educacionais e fortalecendo o papel dos professores como mediadores do aprendizado.
- C) O avanço das tecnologias na educação permite aos professores focarem exclusivamente em atividades de ensino de alto nível, enquanto as tarefas administrativas são automatizadas, promovendo uma valorização da profissão docente.
- D) As corporações de tecnologia, ao dominarem o cenário educacional, estão promovendo uma homogeneização do ensino, padronizando os currículos e limitando a diversidade de perspectivas, o que pode comprometer a formação integral dos alunos.
- E) A personalização da aprendizagem proporcionada pelas plataformas digitais está levando os professores a uma reinvenção de seu papel, capacitando-os a atender às necessidades individuais dos alunos de maneira mais eficaz, fortalecendo assim sua importância na educação.

Texto 13

PL 2.630/2020: em direção a um ambiente online mais seguro

O avanço tecnológico trouxe consigo um desafio crescente: a disseminação desenfreada de *fake news*. Diante desse cenário, o Projeto de Lei 2.630/2020 surge como uma iniciativa promissora para lidar com essa questão premente. Ao propor medidas para identificar, controlar e punir a propagação deliberada de informações falsas, o PL representa um passo significativo na proteção da integridade da informação e na salvaguarda da sociedade contra os males da desinformação.

Entretanto, a implementação de uma legislação sobre *fake news* deve ser conduzida com cautela. É fundamental encontrar um equilíbrio delicado entre combater a desinformação e preservar a liberdade de expressão e a privacidade dos cidadãos. Qualquer medida adotada deve evitar o risco de se tornar uma forma de censura ou vigilância excessiva, garantindo que os direitos individuais sejam protegidos.

Nesse sentido, o debate em torno do PL 2.630/2020 deve ser pautado pela busca por esse equilíbrio, considerando, desse modo, não apenas a eficácia das medidas propostas, mas também seu impacto nas liberdades democráticas e nos direitos dos cidadãos. Somente com um diálogo aberto e inclusivo será possível construir uma legislação sólida e eficiente para lidar com as *fake news*.

Além disso, é importante destacar que o combate às *fake news* não é responsabilidade exclusiva do governo ou das plataformas digitais. Todos os setores da sociedade têm um papel a desempenhar nesse esforço conjunto. A educação digital, a promoção do pensamento crítico e o incentivo à responsabilidade individual são elementos-chave para enfrentar esse desafio de maneira eficaz.

Portanto, o PL 2.630/2020 representa um passo na direção certa, mas ainda há um longo caminho a percorrer, de modo que é necessário continuar trabalhando para aprimorar e implementar políticas que protejam a integridade da informação *online*, ao mesmo tempo em que preservam os valores democráticos e os direitos individuais. Somente assim poderemos construir um ambiente online mais seguro e confiável para todos os cidadãos.

(Editorial sobre o PL 2.630/2020)

Questão 05

De acordo com o **Texto 13**, qual é a natureza fundamental do editorial como um gênero textual?

- A) Narrativo-descritivo
- B) Descritivo-narrativo
- C) Prescritivo-descritivo
- D) Dissertativo-argumentativo
- E) Injuntivo-opinativo

Questão 06

Considerando a coesão e coerência textuais no **Texto 13** sobre o PL 2.630/2020, qual alternativa apresenta uma inferência correta em relação ao uso de elementos coesivos e à conexão lógica das ideias no trecho do texto destacado abaixo?

Trecho destacado: “Portanto, o PL 2.630/2020 representa um passo na direção certa, mas ainda há um longo caminho a percorrer, de modo que é necessário continuar trabalhando para aprimorar e implementar políticas que protejam a integridade da informação online, ao mesmo tempo em que preservam os valores democráticos e os direitos individuais.”

- A) A expressão "de modo que" no trecho destacado indica uma relação de causa e consequência entre a implementação do PL 2.630/2020 e a necessidade de aprimorar e implementar políticas para proteger a integridade da informação online.
- B) O uso do conectivo "Portanto" no início do trecho estabelece uma relação de conclusão em relação às ideias apresentadas anteriormente no texto sobre o PL 2.630/2020.
- C) O emprego da conjunção "mas" indica um consenso entre o avanço representado pelo PL 2.630/2020 e os desafios ainda enfrentados na luta contra as *fake news*.
- D) A expressão "ainda há um longo caminho a percorrer" sugere que o autor do texto considera o PL 2.630/2020 como uma solução definitiva para o problema das *fake news*.
- E) O autor utiliza a expressão "ao mesmo tempo em que" para indicar uma relação de adição entre a implementação do PL 2.630/2020 e a preservação dos valores democráticos e dos direitos individuais.

Questão 07

Na metrópole agitada de Lumina, os arranha-céus se erguem imponentes, contrastando com os pequenos parques que pontilham a cidade. Nas ruas movimentadas, o tráfego incessante cria um cenário caótico, enquanto os pedestres se apressam em suas jornadas diárias. No entanto, algo incomum tem acontecido: os sinais de trânsito, que sempre foram confiáveis, começaram a apresentar falhas, levando a situações perigosas e congestionamentos ainda maiores.

(Texto gerado por IA)

Considerando o contexto fornecido, qual o tipo de oração presente na frase "que sempre foram confiáveis"?

- A) Oração subordinada substantiva objetiva direta
- B) Oração subordinada adjetiva explicativa
- C) Oração subordinada adverbial causal
- D) Oração subordinada adjetiva restritiva
- E) Oração subordinada adverbial consecutiva

Questão 08

Indique a alternativa em que o trecho destacado corresponde a uma oração subordinada adjetiva.

- A) Os funcionários ficarão produtivos **desde que as reuniões sejam eficientes.**
- B) Os funcionários querem uma coisa: **que as políticas sejam transparentes.**
- C) Os líderes **que se comunicam** bem inspiram suas equipes.
- D) Os clientes desejam **que os serviços sejam personalizados.**
- E) O sistema é tão eficaz **que os usuários se sentem empoderados.**

Questão 09

Na oração "Andar a pé lhe era agradável", o termo sublinhado funciona como:

- A) Predicativo do sujeito
- B) Objeto direto
- C) Agente da passiva
- D) Complemento nominal
- E) Objeto indireto

Questão 10

Analise as frases e os termos em **negrito** e assinale a alternativa CORRETA:

Paulo, **o melhor jogador da turma**, lesionou o joelho.

Carolina, resolva todas as pendências do dia.

Terminou a gravação havia **quatro** dias apenas.

Morei **com Susana** perto de dez anos.

- A) Adjunto adnominal, complemento verbal, aposto e vocativo
- B) Vocativo, aposto, adjunto adnominal e adjunto adverbial
- C) Aposto, vocativo, adjunto adnominal e adjunto adverbial
- D) Complemento nominal, vocativo, numeral e complemento verbal
- E) Vocativo, complemento nominal, adjunto adverbial e adjunto nominal

INFORMÁTICA

Questão 11

Considere as alternativas e assinale aquela que **NÃO** se caracteriza como um exemplo de hardware.

- A) Flash Drive
- B) Scanner
- C) Mouse
- D) Pen-drive
- E) Canva

Questão 12

Considere o editor Word em português. Quando se utiliza o atalho de teclado Ctrl + S o que acontece?

- A) Salva o texto
- B) Imprime uma página
- C) Altera o Layout da página
- D) Aciona o menu Abrir
- E) Abre o menu Ajuda

Questão 13

Leia as afirmações sobre os riscos relacionados ao uso de cookies ao acessar *sites* na Internet e marque a alternativa CORRETA:

- I. A privacidade do usuário pode ser afetada, visto que as informações coletadas por cookies podem ser indevidamente compartilhadas com outros *sites*.
- II. Os cookies podem ser utilizados para manter referências contendo informações sobre o seu computador (hardware, sistema operacional e programas instalados) e usá-las para explorar possíveis vulnerabilidades em seu computador.
- III. Dados preenchidos em formulários Web podem ser gravados em cookies, coletados por atacantes ou códigos maliciosos e indevidamente acessados, caso não estejam criptografados.

- A) Apenas II
- B) Apenas III
- C) Apenas I e II
- D) Apenas II e III
- E) I, II e III

LEGISLAÇÃO

Questão 14

Qual princípio da Constituição Federal deve ser prioritariamente observado pelo Município de Mineiros ao elaborar políticas de saúde pública?

- A) Federalismo
- B) Separação dos poderes
- C) Dignidade da pessoa humana
- D) Economia formal
- E) Poder regulatório

Questão 15

A Lei Orgânica de Mineiros estipula que todos os projetos de urbanização devem promover acessibilidade para pessoas com deficiência. Qual das seguintes ações estaria em conformidade com esta diretiva?

- A) Construção de rampas em todos os novos edifícios públicos.
- B) Isenção de taxas para empresas que promovam acessibilidade.
- C) Subsídios para transporte público exclusivo para pessoas com deficiência.
- D) Criação de um fundo municipal para pesquisa em acessibilidade.
- E) Obrigatoriedade de treinamento em acessibilidade para todos os funcionários públicos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 16

Acerca do devido processo legal para a desapropriação de imóvel urbano privado, assinale a alternativa INCORRETA abaixo.

- A) Para fins de utilidade pública, segundo a legislação sobre desapropriação em vigência, o município poderá desapropriar um imóvel urbano objetivando a construção de uma casa de assistência a idosos carentes.
- B) Para fins de utilidade pública, segundo a legislação sobre desapropriação em vigência, o município poderá desapropriar um imóvel urbano objetivando a construção de um estádio de futebol.
- C) A declaração de utilidade pública de um determinado bem, para fins de desapropriação, será declarada mediante lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo e será regulamentada mediante decreto do mesmo.
- D) Ao Poder Judiciário é vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.
- E) O proprietário do imóvel será notificado sobre a intenção de desapropriação por parte do ente público estatal interessado e sobre a oferta de indenização. O proprietário terá o prazo de 15 (quinze) dias para aceitar ou rejeitar a oferta e o seu silêncio importará em rejeição.

Questão 17

Acerca dos princípios que regem a Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA abaixo.

- A) O *princípio da razoabilidade* estabelece que a Administração Pública tem o poder de revogar os seus atos administrativos julgados inconvenientes e inoportunos e de anular os seus atos administrativos considerados ilegais.
- B) O *princípio da segurança jurídica* estabelece que a Administração Pública deve primar pela estabilidade das relações jurídicas, assegurando a previsibilidade, a confiabilidade e coerência de seus atos ou ações.
- C) A adequação entre os meios e os fins, permanentemente observados pela Administração Pública, com o escopo de evitar medidas arbitrárias e abusivas é o que se compreende pelo *princípio da proporcionalidade*.
- D) O *princípio da legitimidade* estabelece que a Administração Pública venha primar pela certeza de que os seus atos se relacionem a fatos verdadeiros e praticados em conformidade com legislação.
- E) O *princípio da finalidade pública* ou da *supremacia do interesse público* tem como principal viés a prevalência do interesse público sobre os interesses privados.

Questão 18

Em relação a licitações e contratos administrativos regidos pela novel Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), julgue as assertivas enumeradas abaixo de I a III, como sendo falsas ou verdadeiras e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA em relação ao julgamento.

- I. É dispensável a licitação no caso de existência de todas as condições definidas em edital de licitação anterior, realizada há menos de 6 (seis) meses, quando não surgiram licitantes anteriores ou não foram apresentadas propostas válidas.
- II. É dispensável a licitação no caso de aquisições de hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia.
- III. É dispensável a licitação no caso de aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.

A sequência respectiva correta para as assertivas I a III acima é:

- A) Falsa – verdadeira – verdadeira
- B) Falsa – falsa – verdadeira
- C) Falsa – falsa – falsa
- D) Verdadeira – verdadeira – falsa
- E) Falsa – verdadeira – falsa

Questão 19

Em relação ao ato administrativo, assinale abaixo a alternativa CORRETA.

- A) Impessoalidade e formato são alguns dos requisitos de validade do ato administrativo.
- B) Forma e Competência são alguns dos requisitos de validade do ato administrativo.
- C) Quando o servidor público, mesmo competente, pratica ato administrativo com fins estranhos à lei, o faz com abuso de competência.
- D) A competência e a forma são elementos discricionários do ato administrativo.
- E) Quando um servidor público pratica ato administrativo fora de suas competências funcionais, o faz com vício de finalidade.

Questão 20

Houve uma invasão de um bem público municipal (terreno) por um grupo de pessoas. Essas pessoas, após efetivada a construção de uma moradia e ali terem plantado pequenas culturas para a própria subsistência, pretendem ingressar com usucapião para a obtenção do terreno em definitivo. Em se tratando de um bem público invadido, assinale a alternativa abaixo adequada à situação, segundo a ótica do Superior Tribunal de Justiça.

- A) Mesmo tendo construído no terreno, a ocupação é indevida e precária e insuscetível de indenização.
- B) O município poderá reaver o terreno, mas será obrigado a indenizar os invasores pelo imóvel construído.
- C) Embora o grupo de pessoas não possam ter a propriedade do terreno invadido pela via da usucapião, pela imprescritibilidade do bem público, poderá ser assegurada ao grupo a proteção possessória contra o município.
- D) O município não poderá retomar o terreno porque, nessa situação, mesmo sendo bem público este estará suscetível de ser objeto de usucapião.
- E) O grupo de invasores não terá direito à usucapião, mas terá proteção da posse em face do município até este efetivar o pagamento da indenização.

Questão 21

A nova Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 14.320/2021, modificou o prazo prescricional para a apuração de atos de improbidade administrativa. O novo prazo prescricional é de:

- A) 03 (três) anos.
- B) 04 (quatro) anos.
- C) 05 (cinco) anos.
- D) 07 (sete) anos.
- E) 08 (oito) anos.

Questão 22

Poder Administrativo no qual o agente público competente não tem liberalidade de sua decisão, nem juízo de valor, nem conveniência ou oportunidade, pois, se preenchidos todos os requisitos legais necessários, o agente é obrigado a praticar o ato.

- A) Discricionário
- B) Vinculado
- C) De polícia
- D) Hierárquico
- E) Regulamentar

Questão 23

Fábio, após ter cumprido com todas as etapas exigidas pela lei para a obtenção da sua licença para pilotar embarcação, junto à capitania dos portos de sua localidade, teve o seu pedido negado pelo Chefe da referida Capitania por mera deliberação e conveniência, sem fundamentar em elemento de legislação a sua negativa. Diante dessa situação, aquela autoridade marítima agiu contra:

- A) As prerrogativas do Poder de Polícia
- B) As prerrogativas do Poder Hierárquico
- C) As prerrogativas do Poder Discricionário
- D) As prerrogativas do Poder Disciplinar
- E) As prerrogativas do Poder Vinculado

Questão 24

Assinale abaixo a modalidade de ação judicial do tipo “exacional”.

- A) Ação de repetição de indébito tributário.
- B) Ação de execução fiscal.
- C) Ação anulatória de crédito tributário.
- D) Mandado de segurança preventivo intentado por contribuinte.
- E) Ação de embargos à execução fiscal.

Questão 25

Com relação ao processo judicial tributário, no tocante à execução fiscal e à exceção de pré-executividade em matéria tributária, assinale a alternativa INCORRETA abaixo.

- A) Se recebida uma exceção de pré-executividade, para discutir matéria compatível e sem dilação probatória, relativamente à exclusão de sócio empresarial do polo passivo de uma execução fiscal, e, após julgada procedente a referida exceção de pré-executividade, o juiz poderá condenar a Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência.
- B) Em uma execução fiscal, visando discutir eventual nulidade da certidão de dívida ativa, o contribuinte poderá propor exceção de pré-executividade nos próprios autos de execução fiscal.
- C) Em uma execução fiscal, o contribuinte poderá propor, como meio de defesa, embargos à execução nos próprios autos de execução fiscal.
- D) A propositura de exceção de pré-executividade tributária para discutir matéria cognoscível e sem dilação probatória, instruída com prova inequívoca, independerá de prévia segurança do juízo.
- E) A prescrição de créditos tributários que ocorreu antes da propositura da ação de execução fiscal pode ser alegada pelo executado via de exceção de pré-executividade.

Questão 26

Em um determinado município, houve pavimentação da Rua “A” que até então era rua não pavimentada, só tinha cascalho e terra batida. O município seguiu todo o devido processo legal para estabelecer cobrança de contribuição de melhoria. Um determinado morador da rua “A” foi devidamente notificado para o pagamento da devida contribuição de melhoria em 15 de abril de 2020, com prazo estipulado para efetivar o pagamento até 14 de maio de 2020. Não houve por parte do referido morador impugnação administrativa, tampouco pagamento do crédito tributário exigido pelo município. Diante dessa situação é correto afirmar que:

- A) O prazo decadencial para a constituição do crédito tributário referente à contribuição de melhoria terá o seu cômputo (*dies a quo*) a partir de 15 de abril de 2020.
- B) O prazo prescricional para a exigência do crédito tributário referente à contribuição de melhoria terá o seu cômputo (*dies a quo*) a partir de 1º de janeiro de 2021.
- C) O prazo prescricional para a exigência do crédito tributário referente à contribuição de melhoria terá o seu cômputo (*dies a quo*) a partir de 16 de abril de 2020.
- D) O prazo decadencial para a constituição do crédito tributário referente à contribuição de melhoria terá o seu cômputo (*dies a quo*) a partir de 15 de maio de 2020.
- E) O prazo prescricional para a exigência do crédito tributário referente à contribuição de melhoria terá o seu cômputo (*dies a quo*) a partir de 15 de maio de 2020.

Questão 27

Em relação às limitações ao poder de tributar previstas na Constituição Federal, julgue as assertivas de I a III abaixo, considerando-as como verdadeiras ou falsas, e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA.

- I. Sem nenhuma exceção, nenhum tributo poderá ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada lei que os instituiu ou aumentou.
- II. A imunidade tributária recíproca abrange inclusive os impostos indiretos em qualquer circunstância.
- III. Um ente público da Administração Pública Indireta que explora atividade econômica não está abrangido pela imunidade tributária recíproca.

- A) As assertivas I e II estão corretas.
- B) As assertivas II e III estão corretas.
- C) As assertivas I e III estão corretas.
- D) As assertivas I e II estão incorretas.
- E) As assertivas II e III estão incorretas.

Questão 28

Em sede de limitações ao poder de tributar, assinale a alternativa INCORRETA abaixo.

- A) É de natureza subjetiva o reconhecimento de imunidade tributária às instituições de educação sem fins lucrativos em relação aos seus bens, patrimônio ou serviços, desde que vinculados às suas atividades essenciais.
- B) Em tese, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão cobrar impostos, taxas e contribuições de melhoria sobre o patrimônio e a renda uns dos outros.
- C) A imunidade tributária, por ser ausência de tipicidade tributária para determinada situação, é considerada uma forma de limitação ao poder de tributar.
- D) A isenção tributária não é uma forma de limitação ao poder de tributar.
- E) O princípio da anterioridade ao exercício financeiro e o princípio da anterioridade nonagesimal são considerados limitações ao poder de tributar.

Questão 29

Marque abaixo a alternativa que não caracteriza renúncia de receita tributária.

- A) Crédito presumido
- B) Isenção tributária em caráter não geral
- C) Anistia
- D) Remissão
- E) Imunidade tributária

Questão 30

Em relação ao lançamento tributário, é CORRETO afirmar que:

- A) O lançamento por declaração retira em parte a competência exclusiva do Fisco para praticá-lo.
- B) O lançamento por homologação retira totalmente a competência do Fisco para praticá-lo.
- C) Em nenhuma hipótese, o Fisco poderá praticar todos os atos inerentes ao lançamento por homologação.
- D) O lançamento tributário confere à obrigação tributária certeza e liquidez do crédito tributário.
- E) O lançamento tributário é ato declaratório de dívida inscrita como ativa e preparatório para a execução fiscal.

Questão 31

Em relação à substituição tributária progressiva (para frente) e à substituição tributária regressiva (para trás), é INCORRETO afirmar que:

- A) Cabe à lei estadual prever as situações em que o adquirente deverá ser o responsável tributário para recolher o ICMS para o fornecedor contribuinte.
- B) Na substituição tributária progressiva, se o bem ou produto perece ou se deteriora no trajeto, o adquirente desse bem ou produto terá direito ao abatimento proporcional ao ICMS pago.
- C) Na substituição tributária progressiva, se o bem ou produto, vier sofrer aumento de preço depois de efetivado o lançamento tributário e o pagamento do ICMS, não haverá acréscimo ou complemento ao referido tributo que fora pago.
- D) Na substituição tributária regressiva, após o fornecimento do produto ou bem, se houver aumento no ICMS, este deverá ser considerado pelo substituto tributário quando do pagamento do referido tributo.
- E) Em se tratando de antecipação do fato gerador de ICMS, tal previsão há que estar prevista em lei complementar federal.

Questão 32

Procedimento em que o Ordenador de Despesas de um município verifica se o objeto contratado pela Administração Pública está conforme o contratado, em termos de qualidade e quantidade, se a documentação do contratado exigida por lei está conforme e se consta nota fiscal ou documento equivalente, se o gestor da contratação declarou na nota fiscal o recebimento do bem ou serviço em conformidade com o contrato e com a nota fiscal. A esse procedimento se denomina:

- A) Pagamento da despesa pública
- B) Empenho da despesa pública
- C) Contratação
- D) Liquidação da despesa pública
- E) Tomada de contas

Questão 33

Um município pretende desapropriar um imóvel privado urbano. O Gestor Público responsável, juntamente com o seu setor de contabilidade, verificou que não havia dotação orçamentária específica para a realização de tal despesa pública (indenização justa para o proprietário). Neste caso, é CORRETO afirmar que:

- A) O Prefeito deverá enviar projeto de lei para a Câmara Municipal para a abertura de crédito adicional no orçamento fiscal, na modalidade crédito especial, para a criação de dotação orçamentária específica e suficiente para a devida execução orçamentária. Em seguida à aprovação da lei específica, publicará decreto municipal abrindo o orçamento para tal.
- B) O Prefeito deverá enviar projeto de lei para a Câmara Municipal para a abertura de crédito adicional no orçamento fiscal, na modalidade crédito especial, para a criação de dotação orçamentária específica e suficiente para a devida execução orçamentária, se já não houver permissivo prévio e suficiente na Lei Orçamentária Anual em curso. Em seguida à aprovação da lei específica, publicará decreto municipal abrindo o orçamento para tal.
- C) O Prefeito deverá enviar projeto de lei para a Câmara Municipal para a abertura de crédito adicional no orçamento fiscal, na modalidade crédito especial, para a criação de dotação orçamentária específica e suficiente para a devida execução orçamentária, se já não houver permissivo prévio e suficiente na Lei Orçamentária Anual em curso. Em seguida à aprovação da lei específica, não haverá a necessidade de expedição e de publicação de decreto municipal abrindo o orçamento para tal.
- D) O Prefeito deverá enviar projeto de lei para a Câmara Municipal para a abertura de crédito adicional no orçamento fiscal, na modalidade crédito suplementar, indicando os valores e as fontes de onde irá complementar a(s) dotação(ões) orçamentárias para tal.
- E) O Prefeito deverá enviar projeto de lei para a Câmara Municipal para a abertura de crédito adicional no orçamento fiscal, na modalidade crédito extraordinário. Em seguida à aprovação da lei específica, publicará decreto municipal abrindo o orçamento para tal.

Questão 34

Assinale abaixo a alternativa que apresenta somente eventos de despesa pública obrigatória de caráter continuado à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal.

- A) Aquisição de um filtro de água para o saguão da prefeitura.
- B) Aquisição de uma ambulância para UPA de um município.
- C) Despesa com pagamento de pessoal.
- D) Despesa com aquisição de tablets para premiação em concurso de redação.
- E) Despesa com pagamento de indenização por desapropriação de imóvel privado.

Questão 35

Um determinado município, durante o decorrer de um exercício financeiro, quando da expedição do segundo Relatório de Gestão Fiscal, apurou-se que as despesas públicas com pessoal estavam acima de 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido para municípios como previsto nos artigos 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal. A partir dos dados deste enunciado, marque abaixo a alternativa que não contenha despesa pública vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal durante essa situação.

- A) Criação de cargo, emprego público ou função.
- B) Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa pública.
- C) Concessão de vantagem ou aumento salarial a servidores.
- D) Revisão geral anual de remunerações de servidores públicos com datas previamente fixadas e sem distinção de índices.
- E) Provimento de cargo público recém-criado.

Questão 36

Considere os eventos na tabela abaixo e classifique-os como despesas públicas de capital ou despesas públicas correntes.

Nº ORDEM	DESCRIÇÃO DO EVENTO
I	Aquisição de viatura para policiamento ostensivo
II	Construção de uma rodoviária para ônibus urbano
III	Desapropriação de terreno para construção de hospital público
IV	Pagamento de remuneração de servidor público inativo
v	Pagamento de remuneração de servidor público em atividade

A partir da correta classificação conforme o que se pede acima, marque abaixo a alternativa CORRETA, em conformidade com a Lei nº 4.320/64.

- A) Todos os eventos são considerados despesas de capital.
- B) Todos os eventos são considerados despesas correntes.
- C) Os eventos I e II são considerados despesas de capital.
- D) Os eventos III, IV e V são considerados despesas correntes.
- E) Os eventos I e V são considerados despesas correntes.

Questão 37

Lei orçamentária, segundo a Constituição Federal, a qual tem vigência de 4 (quatro) anos e estabelece os planos e os projetos de governo dos Chefes de Executivo:

- A) Plano Diretor do Município.
- B) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- C) Lei Orçamentária Anual.
- D) Lei de Responsabilidade Fiscal.
- E) Plano Plurianual.

Questão 38

Representam tipos de operações financeiras na área de dívida pública (crédito público):

- A) Empréstimos - financiamentos - garantias – contragarantias
- B) Financiamentos - garantias - empenho – contratos
- C) Garantias - contragarantias - financiamentos - inscrições de restos a pagar
- D) Empréstimos - financiamentos - empenho - licitação pública
- E) Financiamentos – inscrições de restos a pagar – desvinculação de receita – antecipação de receita orçamentária

Questão 39

Um determinado Estado da Federação, tendo como fonte recursal dotação de receitas de capital, aumenta o capital de uma de suas empresas públicas da área agroindustrial, que investe em pesquisas e produção de sementes de milho melhoradas geneticamente. A partir deste enunciado, marque a alternativa correta abaixo:

- A) A despesa é considerada como despesa de capital do tipo inversão financeira, pois a empresa, pelas suas atividades, é tida como empresa comercial.
- B) A despesa é considerada como despesa de capital do tipo transferência de capital, pois a empresa, pelas suas atividades, é tida como empresa comercial.
- C) A despesa é considerada como despesa de capital do tipo transferência corrente, pois a empresa, pelas suas atividades, é tida como empresa não comercial, e houve apenas transferência de recursos de um ente público para o outro.
- D) Pela empresa ter a qualidade de empresa comercial, a despesa é considerada como investimento e transferência corrente.
- E) A despesa é considerada como despesa de capital do tipo investimento, pois a empresa, pelas suas atividades, é tida como empresa não comercial.

Questão 40

Em relação ao tema de “controle de constitucionalidade de lei municipal” no âmbito da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Lei municipal poderá ser submetida ao controle de constitucionalidade perante a Constituição Federal pela via do controle difuso.
- B) Lei municipal poderá ser submetida ao controle de constitucionalidade perante a Constituição Federal somente pela via do controle concentrado.
- C) Autoridades administrativas de controle externo poderão declarar inconstitucionalidade de lei municipal.
- D) Não existe nenhum tipo de controle de constitucionalidade de lei municipal frente à Constituição Federal.
- E) Lei municipal poderá ser objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

RASCUNHO DA PROVA DISCURSIVA

Questão 01

Um prefeito de um município abriu o orçamento através de crédito especial para o custeio de um projeto social novo em benefício de uma comunidade carente. Após a devida autorização legislativa, a abertura se deu via de decreto no mês de 10 de julho do exercício financeiro em curso. A partir dessas informações, qual é o prazo máximo que a Administração Municipal terá para empenhar os contratos necessários para o início da execução do projeto? Justifique a sua resposta com base no Direito Constitucional Pátrio.

01 _____

02 _____

03 _____

04 _____

05 _____

06 _____

07 _____

08 _____

09 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Questão 02

Como Procurador-Geral de seu município, você é procurado pelo Prefeito Municipal, no seu último ano de mandato, e ele te consulta no sentido de que ele, como Chefe do Executivo, com o escopo de atender a insuficiência temporária de caixa, poderia ou não contrair operação de crédito na modalidade de antecipação de receita orçamentária, para ser quitada até o final de junho do exercício financeiro seguinte. Diante desse cenário hipotético, responda aos questionamentos abaixo.

- a. O empréstimo pretendido pelo Prefeito está em conformidade com a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal, em termos de objeto e prazos? Justifique a sua resposta.
- b. A forma de contratar o empréstimo pelo Prefeito integra qual universo de dívida pública?

01 _____

02 _____

03 _____

04 _____

05 _____

06 _____

07 _____

08 _____

09 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Questão 03

Coube à Lei Complementar Federal nº 101/200 (Lei de Responsabilidade Fiscal) estabelecer normas gerais sobre os limites de gastos com pessoal, dentre outros preceptivos legais sobre finanças públicas. Com base nos patamares estabelecidos pela referida lei e com base na doutrina pertinente, responda aos questionamentos abaixo.

- a. Discorra sobre as diferenças entre o limite de alerta e o limite prudencial relativos às despesas públicas com pessoal no âmbito dos municípios, citando, também, qual é o órgão de controle que tem a competência para emitir e notificar o Poder Executivo sobre os limites de alerta e prudencial atingidos.
- b. Ultrapassado o limite prudencial pelo município, sem prejuízo de certas vedações estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, qual é o prazo que o município terá para eliminar o percentual excedente de despesa pública com pessoal? E se o município não eliminar o excedente de despesas com pessoal no prazo legal, aponte pelo menos duas vedações em face do município nessa situação estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

01 _____

02 _____

03 _____

04 _____

05 _____

06 _____

07 _____

08 _____

09 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32
- 33
- 34
- 35
- 36
- 37
- 38
- 39
- 40
- 41
- 42
- 43
- 44
- 45
- 46
- 47
- 48
- 49
- 50

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Questão 04

Durante um exercício financeiro, sob condições de normalidade social e política em todo o Território Nacional, o Prefeito e o Secretário de Fazenda de um determinado município enviaram um relatório ao Procurador-Geral daquele município constando, resumidamente, os dados contábeis, conforme Tabela abaixo.

Eventos contábeis – orçamentários e financeiros	R\$
Empréstimo com banco internacional garantido pela União	25.000.000,00
Financiamento de estádio de futebol	6.000.000,00
Antecipação de receita orçamentária não resgatada (pagamento) em atraso (exercício anterior)	600.000,00
Contrapartida municipal em termo de convênio com a União para realização de revitalização de ruas e avenidas (Gestão Caixa Econômica Federal)	1.500.000,00
Recursos fiscais próprios e de transferências obrigatórias em caixa (receitas correntes)	18.000.000,00
Dívida pública flutuante atualizada	2.000.000,00
Saldo remanescente total de créditos suplementares na rubrica orçamentária para obras de engenharia (Constantes da LOA)	7.500.000,00

O propósito desse relatório enviado ao Procurador-Geral foi obter um parecer jurídico acerca da possibilidade ou não, sob a ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Constituição Federal, de se fazer um empréstimo junto a uma instituição financeira privada, no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) objetivando a realização de despesas com a construção de um sistema próprio de captação, tratamento e distribuição de água potável para a população municipal. Sabe-se que a previsão de dotações orçamentárias das despesas de capital, na Lei Orçamentária Anual então em curso, é da ordem de R\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais). Acerca dessa situação hipotética, discorra sobre a possibilidade ou não do Chefe do Executivo contrair o aludido empréstimo bancário, apontando as razões e condições gerais, permissivas e/ou impeditivas para tal.

01 _____

02 _____

03 _____

04 _____

05 _____

06 _____

07 _____

08 _____

09 _____

- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32
- 33
- 34
- 35
- 36
- 37
- 38
- 39
- 40

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Questão 05

Considere a minuta de projeto de lei de abertura de créditos adicionais conforme Tabela abaixo, exatamente como foi enviada por um município à câmara municipal local. O referido projeto de lei versa sobre abertura de créditos suplementares para a implementação de melhorias na manutenção das ações e serviços de vigilância em saúde do município.

(Projeto de lei nº 001/2023-PGM)

MUNICÍPIO DE BEIRA DA COSTA
Prefeitura Municipal
"Palácio das Palmeiras Nobres"

Lei Complementar nº ____/2023

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar à dotação do orçamento-programa do Município de Beira da Costa para o exercício financeiro de 2023."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BEIRA DA COSTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 91, inc. IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Beira da Costa decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Nos termos do art. 41, I, da Lei nº 4.320/64, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, mediante decreto, no presente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar, até o montante de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), para a manutenção das dotações do Orçamento Programa do exercício fluente, conforme as seguintes discriminações:

Ficha	Órgão	Dotação Orçamentária	Valores (R\$)
11	03 002	1030500042.025.05.3000157.339036.621	830.000,00
17	03 002	1030500042.025.05.3000157.339039.621	970.000,00
Total geral →			1.800.000,00

Art. 2º - Fica autorizado o Poder Executivo em virtude de abertura do Crédito Adicional Suplementar acima, a correspondente adequação ao PPA e da LDO vigente no corrente exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VIVALDO SIMPRÔNIO DOS PRAZERES
Prefeito Municipal

Diante dessa situação hipotética, discorra sobre possíveis falhas ou omissões na minuta de

projeto de lei acima que inviabilizarão, de início, a sua aprovação pelo Legislativo local.

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07
- 08
- 09
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

